



O PAPEL DAS MOEDAS SOCIAIS NAS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

The role of social solidarity economy coins in trade
fairs and its role in regional development

El papel de monedas social en economía solidaria
ferias y su papel en el desarrollo regional

Alane Amorim Barbosa Dias(UFRB)*
Fabiane Correia da Cunha (UFRB) **
Tiago Vinícios Conceição Araújo (UFRB)***

*Graduanda em Tecnologia em Gestão de Cooperativas. Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: alane.a@hotmail.com

**Graduanda em Tecnologia em Gestão de Cooperativas. Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: fabiane_correia@hotmail.com

***Graduando em Cinema e Audiovisual. Centro de Artes, Humanas e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: tiagoviniconceicao@gmail.com

RESUMO

A economia solidaria é um movimento popular para construir um modelo de desenvolvimento solidário, sustentável, de inclusão social e cidadania. Cresce à medida que o capitalismo gera crises, tendo em vista a distribuição de riqueza focada na valorização do ser humano. As moedas sociais contribuem para o desenvol-

vimento de grupos organizados por atividades econômicas para integrá-los no mercado de trabalho e tornar suas atividades autossustentáveis, promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho, proporcionando a criação e a manutenção de oportunidades de trabalho e a geração e distribuição de renda. As feiras da economia soli-

dária que utilizam as moedas sociais como ponte de transição, visam desenvolvimento econômico dos sujeitos de baixa renda envolvidos com as organizações de economia solidária, e tendo como meta o fortalecimento dos espaços de economia solidária e o fomento às finanças solidárias. Os projetos de economia solidária visam à promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável e a superação da extrema pobreza através da geração de trabalho e renda em iniciativas solidárias. Para a realização desse trabalho foi necessária, uma pesquisa bibliográfica em documentos públicos e consulta a internet na busca de fontes e autores que abordaram essas temáticas. No entanto, o objetivo deste artigo é descrever o papel das moedas sociais nos espaços de economia solidária, a citar as feiras e sua contribuição para o desenvolvimento regional, onde as feiras são utilizadas como uma das alternativas para a propagação de produção, prestação de serviços e dinamização do consumo consciente. Além disso, objetivam desenvolver os sistemas locais, que se caracterizam pela utilização das moedas sociais que são criadas e geridas pelos grupos para facilitar a circulação de produtos e serviços entre eles.

Palavras-chave: Economia Solidária. Moedas Sociais. Feiras e Desenvolvimento.

ABSTRACT

The solidarity economy is a grassroots movement to build a supportive development model, sustainable social inclusion and citizenship. It grows as capitalism creates crises, in view of the wealth distribution focused on valuing human life. Social currencies contribute to the development groups organized by economic activities to integrate them into the labor market and make its self-sustaining activities, promoting and spreading the concepts of association, solidarity, self-management, sustainable development and exploitation of people and the work, providing the creation and maintenance of job opportunities and the generation and distribution of income.

The fairs solidarity economy using social currencies as a transition bridge aimed at economic development of the subjects of low income involved with the social economy organizations, and with the goal of strengthening the solidarity economy spaces and promoting the solidarity finance. The solidarity economy projects aimed at promoting local development and sustainable territorial and overcoming extreme poverty by generating jobs and income in joint initiatives. To carry out this work was necessary, a bibliographic research in public documents and the Internet query in the search for sources and authors that have addressed these issues. However, the purpose of this article is to describe the role of social currency in solidary economy spaces, quoting the trade and its contribution to regional development, where the fairs are used as an alternative to the spread of production, services and promotion of consumer awareness. Also, it aims to develop local systems, which are characterized by the use of social currency that are created and managed by groups to facilitate the movement of goods and services between them.

Keywords: Solidarity Economy. Social Currencies. Fairs and Development.

RESUMEN

La economía solidaria es un movimiento de base para construir un modelo de solidaridad, el desarrollo sostenible, la inclusión social y la ciudadanía. Crece el capitalismo crea las crisis, con el objetivo de distribución de la riqueza se centró en la valoración de la vida humana. monedas sociales contribuyen a los grupos de desarrollo organizados por las actividades económicas de integrarlos en el mercado laboral y realizar sus actividades de autogestión, promover y difundir los conceptos de asociación, la solidaridad, la autogestión, el desarrollo sostenible y la explotación de las personas y el trabajo, proporcionando la creación y el mantenimiento de las oportunidades de empleo y la generación y distribución de ingresos.

Las ferias de economía solidaria utilizando monedas sociales como un puente de transición, dirigidas al desarrollo económico de los sujetos de bajos ingresos involucrado con las organizaciones de la economía social, y con el objetivo de fortalecer los espacios de economía solidaria y la promoción de la finanzas solidarias. Los proyectos de economía solidaria dirigidas a promover el desarrollo local y territorial sostenible y la superación de la pobreza extrema mediante la generación de empleo e ingresos en las iniciativas conjuntas. Para la realización de este trabajo fue necesario, una investigación bibliográfica sobre documentos públicos y la consulta de Internet en la búsqueda de fuentes y autores que han abordado estos temas. Sin embargo, el propósito de este artículo es describir el papel de las monedas sociales en los espacios de economía solidaria, citando el comercio y su contribución al desarrollo regional, donde se utilizan las ferias como una alternativa a la propagación de la producción, los servicios y la promoción del consumo consciente. Además, se pretende desarrollar sistemas locales, que se caracterizan por el uso de la moneda social que se ha creado y gestionado por grupos para facilitar la circulación de bienes y servicios entre ellos.

Palabras clave: Economía solidaria. Monedas sociales. Las ferias comerciales e Desarrollo.

1. INTRODUÇÃO

Entende-se a Economia Solidária como uma nova forma de consumir, produzir, vender e trocar desde as necessidades básicas de consumo ao considerado mais supérfluo. Nessa nova idealização de economia idealiza-se a quebra do ciclo entre exploradores e explorados e a produção de riquezas através da destruição da natureza. Os pilares que sustentam a economia solidária se desenvolvem através das relações de cooperação, fortalecimento de grupos e comunidades não prevalecendo à relação de patrão e empregado, visando à propagação do bem de todos a partir

da premissa de satisfazer as necessidades individuais pensando no conjunto.

A Economia Solidária trabalha com as experiências na recuperação de empresas que entram em processo de falência e passam pelo processo de recuperação através dos trabalhadores que assumem as unidades e passam a ter o controle de todos os processos de produção. A economia solidária é, sobretudo, a criação de espaços de comercialização que integrem produtos locais, saudáveis e com disponibilidade de selos próprios. Para que acesse todos esses benefícios, a economia solidária precisa de reconhecimento, tanto por parte dos participantes de tais empreendimentos, quanto pela criação de políticas públicas de apoio. Essa se baseia no fato de que as diferenças do capitalismo criam espaços para o desenvolvimento de organizações econômicas cuja visão é oposta ao modo de produção dominante.

A economia solidária se baseia no fato de que as diferenças do capitalismo criam espaços para o desenvolvimento de organizações econômicas cuja visão é oposta ao modo de produção dominante. A produção capitalista comporta o desenvolvimento de outros modos de produção, pois esta é incapaz de inserir em si toda a demanda da população, produzindo desigualdade crescente. A desigualdade e a competição resultam da forma como se organizam as atividades econômicas. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual e liberdade individual.

A economia solidária traz consigo o ideal de liberdade e a conquista por espaços onde reinava as grandes corporações industriais. Constitui assim, um espaço de venda e troca, onde o comércio justo engloba as ações de sustentabilidade, de inserção social e produção saudável, mais que isso, suas iniciativas são voltadas para o alcance de um desenvolvimento que tem como principal componente as diversas formas de solidariedade coletiva.

A Economia solidária é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma

forma diferente de desenvolvimento, tornando-o solidário e sustentável. É um desenvolvimento para as pessoas e construído pela população a partir dos valores de solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental, dos direitos humanos, da cidadania e com políticas públicas.

As feiras organizadas por muitas das vezes por associações e cooperativas, que são espaços de ajuda mútua, também manifesta o ideal da economia solidária. As feiras tem o intuito de acomodar as organizações de diversos serviços em um ambiente com práticas econômicas solidárias para o desenvolvimento de uma comunidade local. A Feira abre espaço para que as pessoas se desenvolvam como sujeitos de mudança na busca por alternativa para o desemprego e concentração de renda, pois cooperam entre si para gerar benefícios para todos.

A Economia Solidária surge no início da década de 80 como forma de manutenção de empresas em crises falimentar. Surgem como nova forma de regulação da sociedade - serviço de proximidade ou serviços solidários, emergindo com a problemática de uma exclusão social crescente.

Podendo ser vista como movimento de renovação a economia solidária é um novo relacionamento entre a economia e a sociedade, significando reconhecer outra possibilidade de sustentação das formas de vida em sociedade, partindo de duas noções básicas: iniciativa e solidariedade.

Sendo marcada por caráter assistencialista, a economia solidária não luta contra a globalização ou capitalismo. Cresce à medida que o capitalismo gera crises, tendo em vista a distribuição de riqueza focada na valorização do ser humano.

Quanto aos procedimentos técnicos a metodologia a ser adotada consistirá na pesquisa bibliográfica, buscando explorar a temática proposta, através dos conjuntos de materiais que contém informações analisadas por outros autores sobre o tratamento dado ao movimento da economia solidária. Quanto à coleta de dados serão utilizadas fontes secundárias (livros, sites, artigos, dissertações). O tratamento desses da-

dos se utilizará do método qualitativo porque visa trazer questões que expliquem a realidade. Esta pesquisa será limitada, pois serão demonstrados os resultados em duas vertentes: a economia solidária e as moedas sociais nesse movimento.

O artigo está dividido em seis partes incluindo esta introdução. Na segunda parte é realizada uma breve revisão da literatura da economia solidária no Brasil. A terceira parte aborda as feiras de economia solidária e a moeda social. Na quarta parte é apresentada a metodologia utilizada para realização do trabalho, a quinta parte aborda a relação das moedas sociais e o desenvolvimento, e a sexta parte compreende as considerações finais.

2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Economia Solidária é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento através do solidário e sustentável. É um desenvolvimento para as pessoas e por estas, através dos valores de solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental, direitos humanos, cidadania e políticas públicas.

Esse novo tipo de economia surge no início da década de 80 como forma de manutenção de empresas em crise falimentar. Desenvolve-se como nova forma de regulação da sociedade - serviço de proximidade ou serviços solidários, emergindo com a problemática de uma exclusão social crescente.

Historicamente, a Economia Solidária se originou em meio ao processo da Revolução Industrial do século XIX, a qual mantinha forte ligação com o sistema cooperativista. Segundo Chaves e Pinto (2007), as primeiras experiências voltadas para uma gestão solidária e coletiva aconteceram no seio do Pensamento Cooperativista com os Socialistas Utópicos, principalmente com Robert Owen, que foi o grande responsável por defender os trabalhadores de New Lanark da exploração capitalista, proporcionando-lhes um trabalho organizado nas grandes indústrias têx-

teis da Inglaterra. A partir dessa experiência muitas outras foram criadas por ele, graças à defesa econômica dos trabalhadores ligados a gestão democrática.

O surgimento das primeiras cooperativas dá início ao movimento da Economia Solidária como reação dos trabalhadores ao desemprego que foi causado pela elevação do capitalismo industrial, o que levou a concentração das desigualdades sociais.

[...] Processos produtivos intensivos em capital fazem desaparecer postos de trabalho sem que, “criativamente”, venham a repô-los, o que significa produzir déficits de lugares ocupáveis na estrutura social. Ao mesmo tempo, a perspectiva de redução de custos da produção em meio concorrencial conduz as empresas a não só desempregarem, mas a precarizarem o trabalho, concentrando os ganhos de produtividade em suas mãos. (PINTO, 2004, p. 9).

O surgimento do movimento da economia Solidária na Europa dá-se através do advento do Cooperativismo. Seus vestígios se desenvolvem através das teorias dos socialistas utópicos onde, entre os mais notáveis precursores, merecem destaque os seguintes: Peter Corneliszoon Plockboy, John Bellers, Robert Marcus Owen, François Marie Charles Fourier, Phelippe Josephh Benjamins Buchez e Louis Blanc.

As primeiras ideias associadas ao cooperativismo vieram da Inglaterra e teve como pioneiro Peter Corneliszoon Plockboy que fundamentava sua proposta “[...] na tradição popular, na moral cristã e na ideia libertadora do homem alicerçada na igualdade e destino comum [...]” (VALADARES, 2005, p. 13). Através dessa, buscava-se a formação de um espaço que integrasse vários grupos sociais alicerçados nos ideais comuns.

Considerado um dos precursores de grande relevância para as primeiras ideias cooperativistas de trabalho, John Bellers se baseava na criação de uma associação que tinha como base as satisfações das necessidades dos mais pobres

por meio da eliminação das indústrias capitalistas.

Considerado o pioneiro do socialismo inglês, Robert Owen foi contra todas as condições exploratórias de trabalho no período em que viveu o crescimento industrial.

Outro precursor de suma importância foi Charles Fourier, sendo este responsável pela realização de um projeto de organização social, chamado Falanstérios, não muito diferente do programa de seu antecedente Robert Owen. Considerava que a solução dos problemas sociais estava na construção de diferentes grupos com os mesmos interesses comuns, não apenas os operários.

Outras contribuições relevantes advêm de Buchez e Blanc. Phelippe Buchez preconizou o movimento das cooperativas operárias de produção industrial, sendo o primeiro a usar o termo “capital social” em suas experiências. Louis Blanc idealizou as cooperativas de produção de trabalhadores de grandes indústrias, diferente do seu antecedente Philippe Buchez que se preocupava com os pequenos trabalhadores artesãos.

As contribuições dos utópicos para o desenvolvimento da teoria que envolve a Doutrina da Economia Solidária se embasam através do crescente desemprego e a exploração das indústrias com os empregados. Esse desemprego oriundo das grandes massas capitalistas trouxe consigo aspectos negativos para a vida social como o direcionamento dos cidadãos para o lócus do empobrecimento e da perda das suas identidades, sendo que, uma das formas de combate a esta crise - o Movimento Sindical, se desestruturou, agravando ainda mais as desigualdades.

Diante do movimento da economia solidária, todos vêm a entender essa doutrina como a ponte que facilitando o escoamento de produtos e o intercâmbio contínuo entre as comunidades. Diante desse aspecto, ao longo dos anos foram sendo designados vários conceitos para esse movimento, entretanto todos giram ao redor da solidariedade. Um dos autores mais atuantes nesta área define como: “[...] outro modo de produção,

cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” (SINGER: 2002 p. 10).

A Campanha da Fraternidade Ecumênica (2010), fala que a Economia Solidária é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

A origem da economia solidária no Brasil está ligada a realização de intensas lutas de trabalhadores organizados contra a exploração do trabalho e o modelo capitalista de organização das relações sociais dos indivíduos. Nesse caso, as pessoas eram submetidas às formas mais desumanas de trabalho, visto que, a busca pelo aumento de capital afetou drasticamente a estrutura do emprego assalariado. As consequências disso dizem respeito, antes de tudo, a um enfraquecimento dos vínculos sociais, representados pelos direitos e pelas identidades, forjados a partir da condição assalariada.

Segundo Lechat (2015)

No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular. (LECHAT, 2015 p.6)

O desemprego e subemprego, ao assumi-

rem um aspecto funcional ao atual padrão de crescimento, se traduzem em uma miríade de formas precárias e vulneráveis de trabalho ou mesmo de sobrevivência. Nesse ambiente, a insegurança e a falta de horizontes marcam o comportamento individual, enquanto socialmente assiste-se a perda de coesão social (PINTO, 2004, p. 8).

Para Singer (2002), na Economia Solidária, o principal fator de motivação não é o lucro, como nas sociedades capitalistas embasadas pela competição, ao contrário, o que se pretende é a formação de indivíduos trabalhando de maneira coletiva já que é possível organizar outra economia, ou seja, um modo de produção solidário.

Silva (2010) descreve que, o fenômeno em questão ainda é muito recente no país, e o define como uma organização social que envolve trabalhadores permitindo-lhes melhores condições de vida além de contribuir para o fortalecimento do local em que se encontram, seja por meio de empreendimentos solidários ou da própria articulação de redes entre esses diferentes organismos sociais.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, nos primeiros vestígios do capitalismo, o trabalho assalariado levou as pessoas a um grau tão grande de exploração, que foi preciso à união das mesmas em sindicatos ou movimentos cooperativos que resultassem em uma forma de defesa e apropriação dos direitos de trabalhos assalariados e uma alternativa de alcance da autogestão. Por isso, pode-se considerar que tal perda de coesão social passou a ser reativada através dos movimentos organizados em associações, que tinha como papel o engajamento das pessoas para o enfretamento do poder advindo até então do capitalismo.

Assim, a economia solidária surge

[...] como nova alternativa para geração de renda, inclusão e fortalecimento social como resposta importante não só de trabalhadores como das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. Esta

nova prática de produção privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras. (CHAVES E PINTO, 2007, p. 61).

Em suma, a Economia Solidária no Brasil é vista como uma Política e estratégia de desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda e inclusão social. Essa serve como um motor de transformação dos excluídos em agentes produtores e emancipados, utilizando a transformação da realidade das populações excluídas em outra economia, tomando como base a valorização do ser humano.

3. FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS MOEDAS SOCIAIS

As Feiras se definem como locais públicos onde pessoas expõem e vendem mercadorias. Elas se originam a partir do século IX, especificamente na Europa, visando suprir a população local com artigos de primeira necessidade. No Brasil, os primeiros indícios de feiras ocorrem no ano de 1914 na cidade de São Paulo. Historicamente afirma-se que no Oriente Médio 500 a.C já se praticava tal atividade. Segundo Nagel et. Al (2007, p.52) “a feira livre floresceu na Europa durante a Idade Média e teve papel fundamental no desenvolvimento das cidades e no chamado renascimento comercial observado durante o século XIII [...]”.

Segundo Sato (2007), feira em sua etimologia significa festa, onde na Idade Média o agrupamento que decorria reflete as feiras regionais da atualidade, sendo este um espaço utilizado para comércio, trabalho e lazer. Nesse ambiente, as relações de trabalho se misturam aos laços familiares, de amizade e de vizinhança, onde a necessidade de convivência em sua maioria englobam situações precárias de trabalho e proteção social. Além de um equilíbrio entre as relações de competitividade e cooperação que constroem regras de convivência específica ao ambiente.

Valendo-se da prerrogativa de ser uma atividade itinerante e de acontecer no espaço público, a feira [...] caracteriza-se por estruturar-se numa ampla rede de relações sociais que mescla diversas gramáticas sociais e vale-se de regras tácticas. A dinâmica dá-se por meio de relações de cooperação e de competição. A amplitude dessa rede alarga-se para diversos lugares além daqueles nas quais as feiras livres se instalam e se corporifica no chão do cotidiano por meio de conversas entre vizinhos de banca, no burburinho e nos debates mais amplos (SATO, 2007 p. 101).

Seguindo o contexto e conceito no qual foram criadas, as feiras na atualidade abrangem diversas características e tipologias, dentre elas se destacam as feiras livre e as feiras de Economia Solidária.

Por se constituírem em uma atividade geradora de renda, as feiras livres são importantes para a manutenção de famílias e para a proliferação de outros comércios, que principalmente, nos dias de feira, ganham amplitude de interações sociais, políticas, culturais e econômicas. São consideradas também, como um lugar onde ocorrem inúmeras atividades paralelas, movimento intenso de pessoas, de conversas, de encontros, de manifestações populares, enfim um local de contínuas interações sociais e um espaço utilizado para comercialização e consequente sobrevivência de toda uma população [...] (SILVA, 2015).

Já as Feiras de Economia Solidária atuam como ponte entre o mercado e os produtores dos Empreendimentos da Economia Solidaria. Essa “[...] tem como objetivo o fomento às práticas sustentáveis que promovam o realinhamento e o fortalecimento do desenvolvimento local e educação inclusiva” (IFSC, 2015). Nesses espaços acontecem exposições e comercialização das organizações de economia solidária, sendo esse local não apenas um ambiente comercial, mas também um espaço interativo para trocas soli-

dárias, informações artístico-social e estímulo do consumo ético, justo e solidário. As práticas solidárias operam por meio da participação, da cooperação, da democracia e da autogestão, ou seja, sob as formas de colaboração solidária. Dentre as experiências bem sucedidas no campo solidário, se encontra as feiras de Economia Solidária que ocorrem principalmente no sul do Brasil, região em que as ações associativas e cooperativistas se mostram bastante atuantes.

As Feiras são consideradas também como redes de colaboração solidária assim como afirma Schnorr (2004):

As Redes de Colaboração Solidária, do ponto de vista econômico, representa uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo (SCHNORR, 2004, p. 248).

No ambiente das feiras de economia solidária o que vem a prevalecer são as trocas. Relações praticadas desde os tempos primitivos por homens e mulheres, onde ao longo dos anos ganhou mais consistência e um valor monetário (quando trata-se da sociedade puramente capitalista) para se concretizar.

Para o sucesso das Feiras e desenvolvimento das redes de colaboração solidária, utilizam-se as moedas sociais. As moedas, segundo o Banco Central (2008), são em primeira instância, sociais. Ou seja, é um instrumento para que as sociedades façam trocas mais eficientes. Elas possuem função de unidade valorativa, onde circularem livremente em uma comunidade servindo como forma de pagamento.

As moedas sociais se assemelham ao escambo, recurso utilizado a décadas passadas que se definem como troca de mercadorias por trabalho, porém surgem como alternativa a esse, possuindo características próprias. Além do viés eco-

nômico, a moeda cumpre um importante papel social ao aumentar os laços de cooperação entre os moradores, uma vez que tais novos modelos são criados e administrados pelos próprios, que atuam segundo a vontade política da comunidade.

Foi nos momentos de recessão econômica deste século que os principais casos de moeda alternativa apareceram. [...]. Mas é a partir da década de 80 que surge uma gama significativa de moedas paralelas às nacionais, que atuam de forma complementar ao sistema. Algumas delas apresentam notadamente casos em que o próprio Estado é o emissor, sendo entendidas aqui como estratégia do sistema visando facilitar transações de bens, serviços e outras atividades comerciais. (NUNES, 2015)

As moedas sociais são consideradas como um instrumento de desenvolvimento local e inclusão social destinada a beneficiar o mercado de trabalho dos grupos que participam da economia da localidade. Seu uso é restrito, e a sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. O aumento da quantidade de moeda social corresponde ao aumento das transações realizadas pelos participantes da economia local. Sempre observando o lastro (para cada moeda social uma moeda oficial do mesmo valor).

As moedas sociais são moedas criadas e administradas pelos seus usuários, não possui vínculo com a moeda nacional de circulação e se baseia na confiança entre os usuários que participam de um agrupamento por afinidade e decisão própria. “Esta moeda não tem valor até que se comece a trocar o produto pelo produto [...] não está ligada nenhuma taxa de juros, por isso não interessa a ninguém guardá-la, mas trocá-la continuamente por bens e serviços que venham responder às nossas necessidades” (FORA DO EIXO, 2015, p. 6).

O objetivo da moeda social é contribuir para o desenvolvimento do social na economia, tendo como base pilares de desenvolvimento que

a difere da moeda local, visando reposicionar a economia e os serviços às finalidades sociais e os valores à esfera social-cultural. Ela possui normas que deve ser seguida pelos grupos que possuem os mesmos valores. Segundo Rigo (2013), “a moeda é entendida como um instrumento de troca, incapaz de afetar as relações entre as coisas e as pessoas que participam do conjunto dessas trocas [...]”, porém para que esta relação prevaleça é necessário que o grupo siga alguns valores que regem as experiências das moedas sociais, são eles: a democracia participativa, continuidade e confiança, que visam promover o bem-estar.

Em seu sentido literal a moeda social se define como

a moeda é reconhecida como uma instituição social complexa, representativa de um poder prático de transformação social, que tem o potencial para viabilizar a criação de novos papéis e oportunidades redefinindo as relações sociais e instituições existentes, inclusive no que se refere a mudanças nas hierarquias sociais herdadas que, embora não tenham sido negociadas no presente, determinam a ordem corrente da sociedade e dos sistemas financeiros, onde se observam extremas e rígidas diferenças de distribuição de renda monetária com consequências práticas que podem ser observadas em termos de distribuição da liberdade (ou do poder prático de reformular hierarquias) e de distribuição da capacidade de fruição de direitos fundamentais [...]. (FREIRE, 2011 p.31) (grifo do autor).

De fato, a moeda social é um artefato de suma importância no movimento da economia solidária. Sendo essa destinada a beneficiar o mercado local, contribui para o desenvolvimento. Apesar de seu uso ser restrito, a moeda social contribui para a redistribuição de recursos na comunidade, diminuindo a centralização do poder capitalista e propagando a inclusão social.

4. METODOLOGIA

O modelo de análise adotado concentra-se na verificação do tratamento dado a importância das moedas sociais nas Feiras de Economia Solidária e seu papel no desenvolvimento. O método utilizado no trabalho foi o método indutivo, pois se partiu do pressuposto que o conhecimento e as experiências são fontes para o melhor entendimento dos empreendimentos da economia solidária. Analisou-se no trabalho a síntese da origem das moedas sociais e sua contribuição para o desenvolvimento, bem como os seus conceitos e princípios, proporcionando assim, um entendimento prévio do objeto a ser pesquisado. Segundo Gil (2010, p. 10-11), esse método “[...] parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compará-lo com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles [...]”.

A finalidade da pesquisa foi obter conhecimentos suficientes para a produção de novos conhecimentos visando também solução de problemas futuros. Quanto ao método de abordagem neste trabalho a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois essa tem como objetivo trazer informações do tema abordado de forma descritiva trazendo aspectos explicativos da realidade. Quanto a sua natureza, a pesquisa se caracteriza como básica buscando produzir novos conhecimentos com base em teorias já desenvolvidas (GIL, 2010).

Quanto aos procedimentos técnicos a metodologia adotada consistiu na pesquisa bibliográfica, buscando explorar a temática proposta, através dos conjuntos de materiais que contém informações analisadas por outros autores a respeito da importância da moeda social nas feiras de Economia Solidária, bem como cartilhas disponíveis na Internet que descrevem o passo a passo para a construção de uma feira solidária. Dessa forma foi possível obter informações sobre a situação atual do tema pesquisado; conhecer publicações existentes sobre o tema e os aspectos que já foram abordados; bem como verificar

as opiniões similares e diferentes a respeito do tema.

5. MOEDAS SOCIAIS NA PROPAGAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Alguns autores lembram que a moeda social enquanto estratégia para o desenvolvimento possui duas vertentes. A primeira vertente, entende que a moeda social nasce da necessidade de um circulante local para contribuir com a geração de renda e melhorar a produção e o consumo. O objetivo da moeda é estimular a produção de bens que estimulem o consumo local.

A segunda, vê na moeda um instrumento para continuar desenvolvendo a comunidade, difundir a economia local e estabelecer as responsabilidades compartilhadas. Ela proporciona o desenvolvimento porque circula dentro de um município, aspecto esse que é importante para a criação da identidade local.

O fundamento lógico é que a introdução de moedas sociais em âmbito local, por sua circulação restrita e com objetivos específicos formulados por seus participantes, deixam implícitos impactos econômicos positivos como o aumento do poder de compra e a inclusão dos indivíduos excluídos do processo econômico (KOHLENER, 2013, p. 12).

As feiras de Economia Solidária nascem justamente dessa visão, ou seja, tem seu objetivo relacionado diretamente à geração de trabalho, renda, produção e consumo. Apoiam-se em um espaço onde quem não tem recursos financeiros (dinheiro), tem poder de compra a partir da troca de produtos ou serviços pela moeda social. Assim, essas feiras derivam da intenção de reunir uma nova alternativa de circulação monetária como estratégia de desenvolvimento local, através de espaços solidários nos quais a demanda dos serviços é pactuada com os usuários e entre os usuários e a moeda de troca. Além disso, atuam pelo princípio da reciprocidade que objetiva estimular

a circulação de bens e serviços nas comunidades e a perpetuar as relações entre as pessoas com base na solidariedade e na justiça social.

As moedas sociais, por sua vez, surgem como um instrumento alternativo para dinamizar a economia local/regional e para viabilizar a inclusão dos marginalizados socioeconomicamente. A reflexão converge na direção de que, tanto as experiências que aumentam a base monetária local, quanto as que aceleram a velocidade de circulação da moeda, potencializam os efeitos diretos, indiretos e induzidos na economia local, por estimular a produção de bens e serviços e a geração de renda [...]. (KOHLENER, 2013, p. 12).

Ainda de acordo com Kohler (2013), a moeda social não tem a intenção de substituir a moeda oficial, uma vez que suas características não se aproximam do poder liberatório do dinheiro nacional, pois só pode ser utilizada entre os participantes do projeto social em que ela está atuando. Portanto, a introdução da moeda social busca potencializar os recursos de uma determinada economia local, e isso pode se refletir diretamente no mercado de trabalho, na produção e na distribuição de renda. Os fatores de produção tendem a ser direcionados para atender as necessidades de grupos de pessoas.

“A moeda social é uma estratégia suficientemente poderosa, que pode ser utilizada por outras iniciativas da Economia Solidária e desta combinação poderão aparecer respostas muito criativas e eficientes para enfrentar a exclusão social” (REDLASES, 2015).

As moedas sociais promovem desenvolvimento através da melhora de condições de vida, troca de produtos, serviços e saberes, inclusão social e reinvenção da economia, circulação de dinheiro local, crédito barato, aumento de monopólio, diminuição do desemprego, aumento de cuidados ambientais, solidariedade, valorização de serviços não remunerados, aumento da capitalização dos empreendimentos locais e diminui-

ção dos custos fixos locais financeiros.

6. CONCLUSÃO

Inicialmente tratamos a economia solidária como a criação de movimentos que vão ao encontro com a luta social, integrando os valores de solidariedade, democracia, cooperação, respeito ao meio ambiente, direito humanos e cidadania. Mas não só isto, a economia solidária é, sobretudo, a criação de espaços de comercialização que integrem produtos locais, saudáveis e com disponibilidade de selos próprios.

Laville (2009) trata da Economia Solidária como um movimento de intervenção coletiva na medida em que, as relações de trabalho vão de encontro a uma ação ampla sobre a sociedade e, faz menção a duas grandes bases para esses empreendimentos: a auto-organização e o trabalho democrático.

A produção capitalista comporta o desenvolvimento de outros modos de produção, pois esta é incapaz de inserir em si toda a demanda da população, produzindo desigualdade crescente, verdadeira desigualdade entre ganhadores e perdedores.

Percebe-se que a economia admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. A economia é uma construção sócio-histórica, sempre tem que haver uma relação, seja solidária ou capitalista.

As experiências cooperativas, embora se constituíssem em meio às tentativas e falhas, contribuíram em muito para a concretização da formação da economia solidária. Destacam-se aqui os Pioneiros de Rochdale que conseguiram formular os primeiros princípios da organização das cooperativas, estabelecendo um sistema completo de funcionamento, além de influenciar a criação de cooperativas na Inglaterra e em outros países, além de clube de trocas e outras formas de consumo.

As iniciativas por parte do Governo e o apoio de alguns órgãos de fomento têm contribuído significativamente para o reconhecimento

das ações da economia solidária, não só isto, a própria sociedade vai assumindo e se apoderando aos poucos do movimento social que elas fazem parte, tornando palpável os ideais propostos pelo movimento. A moeda social, analisando sua amplitude de atuação como moeda, não é percebida como concorrente a moeda nacional. Para que chegasse a tal amplitude, seria necessário uma maior influência do movimento, fornecendo base e ideais libertadores que suprissem a doutrina econômica atuante.

REFERENCIAS

AMORIM, Rizoneide Souza. **Como Organizar Feiras de Economia Solidária**. Disponível em: < http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B-35FA90012B4B9F5F2B1913/prog_org_feira_cartilhaacomorganizarfeiras.pdf> Acesso em: 17/08/2015

CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA. **Economia solidária: outra economia a serviço da vida acontece**. Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC. Disponível em: < <http://www.adital.com.br/arquivos/economia%20solid%C3%A1ria%20-%20cartilha%20-%2025%2002%202010.pdf>>. Acesso em 13/09/2015.

CHAVES, Daniela Freitas. PINTO, Iléia Maria de Jesus. **Economia solidária como alternativa de desenvolvimento**. T & C Amazônia: 2007. 8 p.

FORA DO EIXO. **Cartilha monte sua moeda**. Disponível em: < <http://foradoeixo.org.br/files/2013/08/Cartilha-Monte-sua-moeda.pdf>> Acesso em 27/09/2015.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. **moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil**. Disponível em: < <http://www2.cultura.gov.br/economiacriativa/wp-content/uploads/2012/12/FREIRE-MARUSA-TRABALHO>>

-CONCORRENTE-COM-RESUMO.pdf>. Acesso em 25/09/2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. Ed. – 3. Reimp. – São Paulo.

IFSC. **Programa mulheres sim diretrizes para feira de economia solidária**. Disponível em: < <http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/ANEXO%2002%20-%20DIRETRIZES%20PARA%20O%20PROJETO%20DE%20EXTENSAO%20FEIRA%20ECONOMIA%20SOLIDARIA.pdf> >. Acesso em: 17/08/2015.

KOHLER, Romualdo; OLIVEIRA, Marcos Prestes. **A Moeda Social como Instrumento Econômico para Potencializar o desenvolvimento Local/Regional**. Santa Cruz do Sul: VI Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional, 2013. 19 p.

LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: um movimento internacional**. Revista Crítica de Ciências Sociais. 2009. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf>. Acesso em: 13/09/2015.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Disponível em: < http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/6/apoio/15/raizes_histor.doc>. Acesso em: 20/09/2015.

NAGEL, Bernard; GONÇALVES, Daniel; RANGEL, Pedro; PEÇANHA, Thiago. **Os bastidores de uma feira livre**. Disponível em: < <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/13%20-%20os%20bastidores%20de%20uma%20feira%20livre.pdf> > Acesso em: 26/09/2015.

NUNES, Ruth Espínola Soriano de Souza. **A nova economia das redes solidárias**. Disponível em: < http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/ruth_redesolidarias.pdf>. Acesso em: 27/09/2015.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária: um elogio à associação em tempo de crise**. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. 213 p.

REDLASES. **Moeda e democracia: manual para compreender a fazer**. Disponível em: http://www.institutocarakura.org.br/arquivosSGC/DOWN_193718cartilha_ms_e_democracia.pdf . Acesso em: 28/09/2015

RIGO, Ariádne Scalfoni. **Experiências Distintas Compartilhando Sentidos: as Moedas Sociais no Brasil e na França** Disponível em: < http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB1835.pdf> . Acesso em 27/09/2015

SATO, Leny. **Processo cotidiano de organização do trabalho na feira livre**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea13.pdf> >. Acesso em: 27/09/2015.

SCHNORR, Giselle Moura. **As redes de colaboração solidária para o ... Aprendizado solidário**. Disponível em: < http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Redes/redes%20de%20colaboracao%20solidaria.pdf > Acesso em: 17/08/2015.

SILVA, Andréia Vieira. **Economia solidária: uma estratégia política de desenvolvimento**. João Pessoa: Universidade Federal do Paraíba, 2010. 147 p.

SILVA, Daciane de Oliveira. **Dinâmica espacial da feira livre de cruz das almas**: uma leitura a partir das proposições de gestão e planejamento municipal. Disponível em: < <http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3635/3322>> Acesso em: 26/09/2015.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

